



*A implosão do
capitalismo
contemporâneo: Outono
do capitalismo,
primavera dos povos?*

*Rio de Janeiro: Editora UFRJ,
2018, 167 p.*

Samir Amin

Roberto Bitencourt da Silva¹

O economista egípcio Samir Amin foi uma das mais importantes vozes do pensamento crítico e marxista nas últimas décadas. Acadêmico e homem de ação, ainda jovem, em seu país, atuou no governo nacionalista de Gamal Abdel Nasser, ao final da década de 1950. Falecido em 2018, aos 86 anos de idade, Amin deixou vasta e expressiva obra.

A sua série de estudos tangencia a temática da dependência, compartilhando preocupações políticas e pressupostos teóricos convergentes com as reflexões desenvolvidas por influentes pensadores radicais como Paul Baran, Paul Sweezy, Theotônio dos Santos, Ruy Mauro Marini, Giovanni Arrighi e André Gunder Frank, entre outros. Nas palavras do próprio Amin, a sua perspectiva toma como “tese central” o caráter imanente do “contraste centro/periferia” no sistema internacional, isto é, a “polarização” promovida pelo “desenvolvimento mundial do capitalismo histórico”.²

Com efeito, corresponde a uma fecunda e holística percepção sobre a natureza assimétrica do capitalismo, que “não permitiria que o nível de desenvolvimento dos países centrais seja alcançado pelos demais”.³ Trata-se de uma valiosa contribuição intelectual para o entendimento da tessitura do mundo contemporâneo, cuja marca é o estabelecimento de relações espoliativas e hierarquizantes, não somente entre capital e trabalho,

mas igualmente em torno dos laços firmados entre regiões, povos, territórios e Estados nacionais.

O imperialismo é uma categoria interpretativa há muito excluída da gramática política e econômica das esquerdas brasileiras. Mas, em vias de reaprendizado incontornável, devido ao dramático processo político, social e econômico em curso, de corte neocolonial, reacionário e autoritário, motivado pelo propósito de reconfiguração da dependência brasileira, de (re)inserção mais rudimentar e subserviente ainda da economia na divisão internacional do trabalho. Categoria esquecida em algum canto do imaginário e do debate político no país, o imperialismo é questão-chave no arcabouço teórico de Samir Amin.

Nesse sentido, é bastante oportuno o lançamento do seu livro *A imploração do capitalismo contemporâneo*. Traduzido por Wanda Brant e publicado pela editora da UFRJ, a obra retoma o debate de conceitos e assuntos decisivos no pensamento do economista, como também empreende vigorosa iniciativa de análise acerca de temas e desafios candentes da nossa época. O objetivo maior é oferecer interpretação em torno das características e dos dilemas salientes do capitalismo contemporâneo, ao qual o autor designa como “capitalismo dos monopólios generalizados”. Proporcionando um instigante delineamento conceitual, Amin descreve essa prevalecente fase do capitalismo do modo que segue:

Os monopólios não são mais ilhas em um oceano de empresas ainda relativamente autônomas, e sim um sistema integrado (...). Por essa razão, doravante controlam rigorosamente todos os sistemas produtivos. As pequenas e médias empresas, até mesmo as grandes que não pertencem à esfera da propriedade formal dos conjuntos oligopolísticos [perdem] (...) sua margem de autonomia e essas unidades de produção tornam-se terceirizadas dos monopólios.⁴

Expande-se, pois, a capacidade do exercício de poder pelo grande capital oligopolístico/monopolista internacional. A sua regulação imperativa sobre todas as atividades produtivas e financeiras é incrementada. No centro e na periferia do sistema.

Os “monopólios generalizados”, sediados nos países centrais, dão lastro à ascensão de “um novo estágio do imperialismo”, identificado por Amin como o “imperialismo coletivo da tríade” (EUA, Europa Ocidental e Japão). Trata-se de uma coalizão, formal e informal, sob a liderança militar estadunidense e que tem em vista desempenhar poder mundial, sobretudo exercê-lo nos países periféricos, por intermédio da fruição de “privilégios” monopolísticos, tais como: a exclusividade na exploração econômica de patentes e

tecnologias, o controle do acesso aos recursos naturais e o domínio sobre o sistema financeiro internacional.⁵

O imperialismo submetido ao clássico mapeamento de Lenin e Rosa Luxemburgo – assentado em relações conflituosas entre as potências capitalistas – tenderia a ser superado e reorganizado, assumindo uma forma potencialmente consensual entre os países do centro. Em contrapartida, o “capitalismo dos monopólios generalizados” fomentaria a ampliação inaudita da exportação e circulação de capitais e, em consequência, a dilatação dos mecanismos de apropriação dos excedentes gerados na periferia.⁶ Fenômenos que compõem o quadro do que se convencionou chamar de globalização, e que demonstram o “triunfo do capital abstrato”.⁷

Por conseguinte, não se restringindo à importante dimensão conflitiva, latente ou efetiva, das relações internacionais – entre o centro e a periferia do sistema capitalista –, Samir Amin associa essa dimensão à dinâmica das classes sociais, às suas contradições e peculiaridades. No caso, destaco em seu diagnóstico político a significativa recomposição das classes dominantes, que, em interação estreita com os fenômenos acima mencionados, viria a retroalimentar um processo identificado pelo autor como uma “evolução que culmina” na “senilidade do capitalismo” e na plausível gestação de uma “nova barbárie”.⁸

No centro, destaca-se a mutação da burguesia em “oligarquia financeira”. A transmissão intergeracional de valores e modos de vida, bem como a inserção ativa no sistema produtivo, promoveram, décadas a fio, “legitimidade” à burguesia. Na contramão, com a despersonalização crescente do capital, sobressai o papel parasitário dos proprietários de títulos, sem participação criativa ou gerencial nos negócios, dando àquela oligarquia um comportamento similar ao das “máfias”.⁹ De resto, traduz uma tendência há muito revelada pelo capitalismo – assinalada ainda na primeira metade do século XX pelo economista e cientista político Joseph Schumpeter –¹⁰, talvez alcançando hoje sua forma mais acabada.

No que concerne às classes dominantes das periferias, sempre “foram classes dirigentes subalternas”.¹¹ Como se observa em diversos trabalhos de Amin, elas tradicionalmente manifestam o que o autor, sob a influência do aparato conceitual maoísta, classifica como perfil “comprador”.¹² Isto é, a “fração compradora” das burguesias periféricas sempre foi atuante, cooperando com o capital internacional e atuando sob os seus rígidos limites. Contudo, a reestruturação das classes dominantes nas periferias tem feito com que estas aprofundem a linha da “compradorização”, homogeneizando-se, radicalizando a sua distância em relação a qualquer “sistema de valores morais” e abdicando de qualquer laivo de interesse nacional. De sorte que se convertem

essas burguesias em avaros e vulgares “especuladores”, cumprindo a função de “intermediários”, aliados subordinados da oligarquia financeira dos países centrais. Na ótica de Amin, tal transformação deve-se “às grandes mudanças causadas pelo capitalismo dos oligopólios do novo centro imperialista coletivo”, que “desenraizaram os poderes de todas essas antigas classes dirigentes das periferias”.¹³ Uma tendência que se espalhou mundo afora e vem se realizando sob ritmos diferenciados e condicionados pelas especificidades de cada país na periferia e na semiperiferia do sistema.

No Brasil, esse processo talvez seja mais perceptível nos últimos anos, em função de uma intensa e crescente desnacionalização econômica. *Grosso modo*, se o golpe civil-militar de 1964 foi motivado e redundou na internacionalização da atividade industrial, após a abertura comercial dos anos 1990 a desnacionalização avançou para os setores de serviços e finanças. O golpe de 2016, como se pode perceber na orientação dos governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro, ilumina o afã dos estratos dominantes – domésticos e estrangeiros – em exacerbar a desnacionalização, direcionada para o que havia sobrado de capital e patrimônio internalizado: infraestrutura, recursos naturais e energéticos, agronegócio. À guisa de ilustração: o estoque de capital estrangeiro na economia nacional (propriedade de empresas, maquinários, instalações físicas etc.) correspondia, em 2015, a cerca de 1/3 do PIB brasileiro. Em 1995 girava em torno de 6%.¹⁴ Eis alguns aspectos que enredam a trajetória percorrida pelo rentismo neocolonial puro, sem peias e em vigor.

Esse fenômeno da desnacionalização do parque produtivo e financeiro implica aumento dos custos com remessas de lucros, direitos relativos a patentes de produtos e tecnologias, licenciamento de marcas, endividamento público para obtenção de divisas reservadas aos compromissos com o capital estrangeiro etc. Amplia o fosso tecnológico entre centro e periferia. Incentiva, segundo o autor, o “lumpen-desenvolvimento” dos países periféricos, marcado pelo desapossamento de instrumentos de decisão política e de exercício da soberania econômica. Igualmente aumenta a pauperização e a precarização do trabalho, sob a capa do desemprego e do subemprego crônico. Um padrão rebaixado de economia, diretamente associado à ascensão da nova classe dos “especuladores”.¹⁵

Ademais, a desnacionalização impulsiona o que Amin define como a “renda imperialista”, baseada em múltiplas maneiras de transferência de riquezas e excedentes – algumas colocadas em evidência – das nações dependentes para o centro do capitalismo. Na perspectiva sublinhada por *A imploração...*, essa modalidade de captação da renda possui papel estratégico, por não beneficiar somente “os monopólios do centro dominante”, sob a forma, entre outros, dos “superlucros”. Mas, por constituir-se, também, em “fundamento

da reprodução da sociedade em seu conjunto, não obstante sua incontestável estrutura de classes e exploração de seus trabalhadores”. Em outras palavras, a “renda imperialista” favorece o amortecimento parcial das tensões sociais nas potências capitalistas.¹⁶

Portanto, persiste o fenômeno criticado por Lenin, há quase cem anos, do “social-imperialismo”, ainda insinuante entre amplas frações e organizações das classes trabalhadoras do centro.¹⁷ Destituídos de qualquer alternativa dentro do regime capitalista/imperialista, consistindo em maiores vítimas do sistema, os povos oprimidos do Sul são “convidados a uma rendição incondicional” pelo “capital dos monopólios”. Desse modo, para Amin, é o Sul global que apresenta maiores condições de prover os atores capazes de iniciativa e de atuação política incisiva para a mudança, tornando-se a região uma “zona de tempestades”, de sublevações e de revoltas permanentes”.¹⁸ Tendo que organizar um proletariado “segmentado”, as “esquerdas radicais” do Sul têm como “desafio” maior, segundo o autor, “unir os camponeses e os operários”, como também os “povos trabalhadores (inclusive os ‘informais’), a intelectualidade crítica e as classes médias em uma frente anticompradora”.¹⁹

O imperativo de uma almejada “revolução nacional-popular” em direção ao socialismo teria em vista, de imediato, romper com o “lumpen-desenvolvimento” – como vimos, modelo tipicamente neocolonial, cujo suporte é oferecido pelos “monopólios generalizados” do centro em conluio com as classes dominantes “compradoras” e “especuladoras” da periferia. Opondo-se radicalmente ao subalterno padrão social e econômico “comprador”, o economista preconiza a adoção de uma via de desenvolvimento a qual chama de “autocentrada”.²⁰

Na sua interpretação, o “desenvolvimento autocentrado” originalmente corresponderia à experiência dos países capitalistas centrais, na medida em que se apoiaria na articulação entre a criação tecnológica e o domínio internalizado dos bens de produção e equipamentos, associado à produção de bens de consumo. O mercado interno teria prioridade e o comércio exterior seria ordenado em função das necessidades e dos propósitos desse mercado interno.²¹ Vislumbrando a promoção de rupturas com a posição dependente e periférica, conforme Samir Amin, algumas experiências nacionais também procura(ra)m adotar iniciativas consoantes às aludidas prerrogativas econômicas, tendo como meta principal viabilizar condições que assegura(ss)em a soberania. Com efeito, permitir a retenção, o domínio interno dos recursos aptos a beneficiar a acumulação e o financiamento próprio do desenvolvimento. Sem soberania nacional, acentua o autor, “não há democracia possível”.²² Nem sob os critérios formais, procedimentais e eleitorais da representação política, muito menos sob os ângulos participativos da cidadania e substantivos dos direitos sociais e econômicos.²³

Nesse sentido, a nacionalização e estatização dos monopólios é propugnada como passo para atenuar o poder decisório do imperialismo, internalizar capacidade de iniciativa e desenvolvimento tecnológico, bem como imprimir mudanças destinadas a uma extensão das práticas democráticas, inclusive na deliberação e gestão das atividades econômicas. Ainda que caracterizado por medidas e instituições capitalistas e socialistas, forçosamente, pois, correspondendo a uma economia “híbrida”, trata-se de um modelo de desenvolvimento social e econômico que possibilitaria, segundo Amin, “avançar na longa rota para o socialismo”.²⁴

A China é considerada um símbolo exitoso da ruptura com a posição dependente e “compradora” na divisão internacional do trabalho. País talhado por um processo revolucionário “nacional-popular”, pelo delineamento de um capitalismo de Estado integrado a “dimensões visivelmente sociais”, cujo peculiar modelo de desenvolvimento “autocentrado” e seus desdobramentos futuros estão em aberto: podem significar retomada da via capitalista subordinada, como resultar em ações rumo ao socialismo. Opções que dependem da dinâmica nacional dos conflitos interclasses e dos interesses políticos em jogo.²⁵

Em todo caso, destacando o padrão soberano de interação com o capital internacional, sintonizado com a análise de Giovanni Arrighi,²⁶ Amin evidencia o paradigma chinês de absorção e ulterior desenvolvimento internalizado de tecnologias – assentado em parcerias construtivas com os “oligopólios” –, que visa reduzir o ônus para a economia do país. Adoção do formato empresarial das *joint ventures*, exigência de transferência tecnológica e participação na inovação, investimentos em educação, combina(ra)m-se com certas facilidades dadas nas remessas de lucros e nos salários mais baixos. Parâmetros muito distantes dos convencionalmente estabelecidos na periferia, como no Brasil, onde a inexistência de contrapartidas é a regra no acolhimento oneroso, lesa pátria e irrefletido do investimento estrangeiro direto. Por seu turno, o exercício da soberania política e tecnológica, a que Amin faz referência, consiste em uma das decisivas variáveis que tem permitido à China aumentar a acumulação e dominar os seus excedentes, atribuir ênfase ao mercado interno e expandir a “seguridade social em três dimensões – saúde, habitação e pensões”.²⁷

Uma “revolução nacional-popular” que pretenda superar a dependência e configurar um “modelo de desenvolvimento autocentrado”, como o caso modelar da China – por inúmeras razões que ultrapassam o escopo desse texto, um caso empírico não necessariamente reproduzível em outras nações –, medidas de tamanha envergadura, inevitavelmente redundam em exigências e repercussões na política externa. Em consequência, Samir Amin mobiliza o conceito com o qual a sua obra opera há décadas: “desconexão”.

A “desconexão” constitui um eventual corte com fóruns, relações e normas globais a serviço dos países imperialistas. Igualmente, articula-se ao controle dos recursos naturais, abundantes na periferia e sob a cobiça do centro, como a demais medidas que se choquem com as restrições impostas pelo imperialismo. Uma maneira de incentivar “a redução das desigualdades internacionais” e de preparar a “desconstrução do sistema”. Na visão do autor, tal “audácia” política não equivaleria à “autarquização”.²⁸ Todavia, cumpre ressaltar que é habitual a ocorrência de típicas ações de asfixia externa em processos de ruptura como os defendidos por Amin. Ações imperialistas que podem suscitar situações aproximadas a de um verdadeiro semi-isolamento (portanto, certo grau de autarquização) na cena mundial. As vicissitudes pelas quais o povo venezuelano e o seu governo bolivariano vêm atravessando são retrato nítido da ingerência agressiva do imperialismo. Mas, também, da ousadia do experimento político na Venezuela para enfrentar o arbítrio das terríveis represálias.

Dotada de um instrumental teórico refinado e esclarecedor, a análise feita pelo economista Samir Amin contribui, sobremaneira, para que o leitor tenha uma noção realista e adensada sobre os contornos políticos, sociais e econômicos do mundo, bem como a respeito das imensas dificuldades, direta ou indiretamente, envolvidas nas escolhas dos povos dos países periféricos e dependentes, na busca por sua emancipação, liberdade e seu bem-estar.

NOTAS

1. Doutor em História (UFF), mestre em Ciência Política (UFRJ), com pós-doutorado realizado nas áreas de estudos em História Intelectual e História Política (UFF). Professor da Faculdade de Educação Tecnológica do Estado do Rio de Janeiro (FAETERJ-Petrópolis/FAETEC). Integrante do Grupo de Pesquisa Estado, Trabalho, Educação e Desenvolvimento: a contribuição do pensamento crítico latino-americano (GPETED/UFF). Contato do autor: betobitencourt@hotmail.com.

2. AMIN, Samir. *A implosão do capitalismo contemporâneo: outono do capitalismo, primavera dos povos?* Rio de Janeiro: UFRJ, 2018, p. 83.

3. SOUZA, Angelita Matos. “Novíssima dependência, decolonialidade e desconexão”. Barcelona: XV Colóquio Internacional de Geocrítica, 7 a 12 mai. 2018. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/XV-Coloquio/AngelitaSouza.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2019.

4. AMIN, Samir. *A implosão...*, p. 17.

5. *Idem*, p. 17; 156.
6. Por excedente, de maneira resumida, entenda-se o volume combinado da mais-valia com os juros bancários, os impostos arrecadados e os sobrelucros oriundos dos superpreços de monopólio.
7. AMIN, Samir. *A implosão...*, p. 163.
8. *Idem*, p.43.
9. *Idem*, p. 27-31.
10. SCHUMPETER, Joseph. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
11. AMIN, Samir. *Op. cit.*, p. 32.
12. Consultar AMIN, Samir. *El desarrollo desigual*. Barcelona: Fontanella, 1974. AMIN, Samir. *El eurocentrismo – crítica de una ideología*. México D.F.: Siglo XXI, 1989. AMIN, Samir. *La crisis: salir de la crisis del capitalismo o salir del capitalismo en crisis*. Espanha: El Viejo Topo, 2009.
13. AMIN, Samir. *A implosão...*, p. 33-34.
14. SILVA, Roberto Bitencourt da. “Desenvolvimentismo, Dependência, Nacionalismo e Socialismo: notas teóricas, os governos Lula e Dilma e o cenário pós-golpe de 2016”. Florianópolis: *Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos (Rebela)*: UFSC, v.8, n.2. mai./ago. 2018, p. 271-306. Disponível em: <<http://www.iela.ufsc.br/rebela/revista/volume-8-numero-2-2018/rebela/revista/artigo/desenvolvimentismo-dependencia>>. Acesso em: 23 abr. 2019.
15. AMIN, Samir. *Op. cit.*,p. 33; 50.
16. *Idem*, p. 124-132.
17. GALLISSOT, René. “O imperialismo e a questão colonial e nacional dos povos oprimidos”. HOBBSAWM, Eric (org.). *História do marxismo – o marxismo na época da terceira internacional: o novo capitalismo, o imperialismo, o terceiro mundo*. v.8. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 199-277.
18. AMIN, Samir. *Op. cit.*,p. 127-145.
19. *Idem*, p. 35.
20. O autor aborda essa proposição mais pormenorizadamente na obra que segue: AMIN, Samir. *A via de desenvolvimento de orientação socialista*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2010.
21. AMIN, Samir. *A Op. cit.*,p. 46-47.
22. *Idem*, p. 109.
23. As esquerdas brasileiras contemporâneas, imersas no esquecimento dos problemas decorrentes do poder do capital internacional e do imperialismo, conferindo atenção maior às eventuais possibilidades distributivas e igualitárias da

tributação, aos temas culturais e identitários, assim como às eleições e demais rituais e regras da democracia representativa burguesa, talvez tenham, hoje, condições de iniciar a compreensão sobre a importância da inter-relação entre democracia, propriedade e questão nacional. Diga-se, tal inter-relação integrava a perspectiva que norteava as ações, preocupações e os esquemas de percepção política das esquerdas nacionalistas brasileiras pré-1964.

24. AMIN, Samir. *Op. cit.*, p. 123.

25. *Idem*, p. 78.

26. ARRIGHI, Giovanni. *Adam Smith em Pequim*. São Paulo: Boitempo, 2008.

27. AMIN, Samir. *Op. cit.*, p. 80-90.

28. *Idem*, p. 155-157.